

CLIPPING IMPRESSO

12/10/2019



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. BIBLIOTECA DO JUDICIÁRIO.....	1 - 2
1.2. DECISÕES.....	3
1.3. DESEMBARGADOR.....	4
1.4. ELEIÇÕES TJ.....	5
1.5. SERVIDOR PÚBLICO.....	6 - 14
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. CNJ.....	15
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. PLANTÃO NO TJMA.....	16
3.2. PRESIDÊNCIA.....	17

LITERATURA para crianças

Biblioteca do Tribunal de Justiça abre as portas e aproxima crianças de escritores maranhenses da literatura infantojuvenil

Abrir as portas para novos mundos, para a imaginação. Educar, formar, elevar e até salvar vidas através de palavras. Esses são alguns dos imensuráveis benefícios da literatura na vida das pessoas, em especial, das crianças e adolescentes.

Foi nessa perspectiva que a equipe da Biblioteca Desembargador Antônio Almeida Silva, do Tribunal de Justiça do Maranhão, realizou na quarta e quinta-feira a I Feira Literária, voltada para o público infantil, com a parceria do projeto Ler e Conhecer, que atua na valorização dos escritores maranhenses da literatura infantojuvenil.

“Ler também é uma forma de brincar. Brincar com letras. As nossas crianças e jovens estão distantes do mundo da leitura. Elas não estão tendo oportunidade de ima-

ginar. Tudo se apresenta pronto na frente deles. E esse projeto vem nos dar esperança de incentivá-las. Então, aqui hoje estão ‘teimosos’ da escrita, tentando trazer e convencer crianças, jovens e adultos de que o caminho da complementação da vida e da felicidade - sem qualquer tipo de retórica - é o mundo da leitura. Ele tira a pessoa da solidão e compensa com visão de outros mundos”, declarou o desembargador e escritor Lourival Serejo, que é membro da Academia Maranhense de Letras (AML), trazendo a ludicidade da leitura e parafraseando de Rubem Alves - “O livro é um brinquedo feito com letras. Ler é brincar!”.

De acordo com Cintia Valéria Andrade, coordenadora da Biblioteca e Arquivo do TJMA, a I Feira Literária surgiu de um encontro de iniciativas. A partir de uma atividade

literária para crianças com a escritora Marcia Montenegro - analista do Ministério Público do Maranhão, surgiu a ideia de se fazer algo alusivo ao Dia das Crianças e incentivar aos pais e adultos a presentear crianças com livros. “Ela nos apresentou o projeto Ler e Conhecer, capitaneado pela educadora Márcia Vieira, que tem como objetivo valorizar escritores maranhenses da literatura infantojuvenil. Assim que fizemos contato, foi parceria certa!”, comemorou a bibliotecária.

ATIVIDADES

Durante os dois dias, a Biblioteca do TJMA recebeu crianças de diversas escolas da cidade de São Luís e também filhos de servidores, que participaram de atividades como contação de história, caracterização de personagens, brincadeiras, bate-papos, autógrafos e sorteio de brindes.

Entre elas estava Vitória Baptista, filha de uma servidora do tribunal. “Eu gosto de aprender várias coisas com os livros”, disse ela, que, além de escolher seus livros, muitas vezes os ganha de presente. E foi justamente aprender sobre uma reali-

dade diversa da sua que ela escolheu ao pegar um livro com uma personagem que tem o mesmo nome dela: “Ouvindo com Vitória”, da escritora Sharlene Serra. A história, uma forma divertida e lúdica de mostrar a realidade dos deficientes auditivos. “Ela não ouve, mas consegue conversar com todo mundo e todos os seus amigos por uma linguagem chamada libras, que usa as mãos”, explicou a já leitora Vitória, de 8 anos.

É com esse exemplo que se comprova a infinitude de temas e possibilidades que a literatura permite, como a oportunidade de ser mais consciente, de ampliar horizontes. E o papel da Biblioteca do TJMA também se soma, ao ampliar seu objetivo e abrir as portas para toda a sociedade.

A abertura do espaço ao público foi elogiada pelo escritor Wilson Marques, um dos mais renomados da literatura maranhense infanto juvenil. Participaram da Feira Literária os escritores Natinho Costa e Iramir Araújo.

Íntegra em oestadoma.com/474039



Fotos/Divulgação

O desembargador Lourival Serejo cumprimenta uma criança

ESTADO MAIOR

Sem feriado

O Poder Judiciário do Maranhão decidiu acatar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada por Fecomércio, Fiema e Associação Comercial e extinguiu o feriado do Dia da Consciência Negra no Maranhão.

O feriado deveria ser comemorado no próximo dia 20 de novembro.

A decisão do Tribunal de Justiça foi por unanimidade e considerou a lei estadual, de autoria do deputado Zé Inácio (PT), inconstitucional. O entendimento é de que a criação de feriados civis é de competência exclusiva da União.

Vai recorrer

Logo após ter sido notificado da decisão do Tribunal de Justiça, o deputado Zé Inácio afirmou, por meio de nota, que recorrerá da medida.

Ele afirmou que reconhecer o dia 20 de novembro como feriado estadual é uma justa homenagem à luta de Zumbi dos Palmares, dos quilombos e de todo povo negro.

“Em razão do exposto, o nosso mandato buscará junto à Assembleia Legislativa, à PGE e ao Partido dos Trabalhadores os meios necessários para obter a reforma da decisão do Tribunal de Justiça”, disse.

Casamento

O charmoso Class Eventos, de Francisca e Emmanuel Márcio Barbosa, foi o palco escolhido por Karina Jansen Pereira e o desembargador Jorge Figueiredo dos Anjos para realizarem a cerimônia do seu casamento.

Eles, que há anos vivem um tórrido romance, decidiram oficializar, pelas leis de Deus e dos Homens, a união que o amor já consagrou.

A cerimônia está marcada para as 19h30 do próximo sábado, dia 19.

Roda Viva

Benedito Buzar bbbuzar@hotmail.com



Reviravolta no TJ

O inesperado gesto do desembargador Marcelo Carvalho, de não se candidatar aos cargos de presidente e de vice do Tribunal de Justiça, fez a sucessão do desembargador José Joaquim dos Anjos desemborcar numa disputa.

A disputa se dará no final de novembro entre o desembargador Lourival Serejo e a desembargadora Nelma Sarney.

O eleito só tomará posse em abril do ano vindouro.

Dia do Professor

**Dedicação
e orgulho
na nobre
arte de
ensinar**

CIDADES 1 E 2

Educar e interagir: ser professor ainda é uma bênção

No dia 15, é lembrada a data referente a uma das funções nobres da arte do ensino; orgulho e reconhecimento contrastam com coação e desrespeito ao mestre

THIAGO BASTOS
Da equipe de O Estado

O preparo de todo o ser humano para a vida é no ambiente familiar, com a preparação do caráter da criança. Para se somar a esse processo, a figura do professor é de suma importância, já que a partir da relação educador/aluno haverá a consumação do cidadão. Ser professor não é somente ensinar o porquê das operações aritméticas ou como se dá o ciclo pluviométrico, e sim se preocupar com o futuro como homem ou mulher daquele estudante. Na próxima terça-feira (15), é comemorado o dia dedicado ao professor.

Em São Luís, são vários os exemplos de profissionais que dedicaram suas vidas única e exclusivamente na construção intelectual e humana de todo um corpo estudantil. Verdadeiros mestres, que há décadas ainda se debruçam sobre boletins e produção de aulas para o dia seguinte. No entanto, apesar das sensíveis vantagens, que superam quaisquer obstáculos relativos aos aspectos financeiros (como a desvaloriza-

ção da categoria), os professores são vítimas do mundo moderno, que não mais respeita “os mais velhos” ou os sábios.

Entender as razões desta desvalorização salarial e de cargos é, primordialmente, traçar um perfil deste profissional que está nas unidades de ensino das redes pública e particular. Dados do levantamento feito pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), com base nos dados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) de 2015 aponta que apenas 3,3% dos estudantes brasileiros querem ser professores. Quando se trata daqueles que querem ser docentes em escolas, na educação básica, o índice cai para 2,4%.

A falta de interesse pela carreira docente se dá pela preocupação com a defasagem remuneratória. Profissionais do ramo estão cientes de que é necessário o poder público investir mais no setor educacional no estado. “Quando questiono em sala de aula quem quer ser professor, praticamente ninguém levanta a mão. Isso é um sinal claro de que se prioriza outros serviços pelo salário e uma das carreiras mais nobres da hu-

manidade está prejudicada”, disse Hilton Franco, que leciona há 23 anos em escolas e cursinhos da Grande Ilha.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cada dez profissionais do magistério, oito são mulheres no Maranhão. Em geral, o perfil deste (a) profissional está incluso na faixa etária entre 25 e 40 anos e com maioria atrelada a apenas um estabelecimento do gênero educacional. Em sua maioria, o professor no estado é ligado à rede pública municipal.

Censo

O último Censo Escolar do Ministério da Educação (MEC) apontou que o Maranhão registra aproximadamente 104 mil professores. No entanto, este número deve ser superior, segundo o próprio MEC. A pasta federal somou os educadores que estão em creches e nos níveis de pré-escola, ensinos médios, fundamental e médio e

Maranhão registra aproximadamente 104 mil professores

ainda no ensino profissional. Destes professores, quase 75% está concentrada nos ensinamentos infantil e fundamental.

A alta concentração nos níveis infantil e fundamental é justificada, pois, de acordo com os educadores, é a partir da formação nestas séries que se dá o suporte do futuro universitário. Com um “bê-a-bá” bem feito, o jovem pode alicerçar para assimilar conhecimentos mais complexos. Para isso, um bom professor é imprescindível.

O “fera” das capitais mundiais

Pouca gente na faixa etária superior aos 30 anos pode falar que não passou por uma sala de aula administrada pelo filho de Paraibano (cidade maranhense distante 540 quilômetros da capital maranhense). A disciplina de Geografia tem como uma de suas referências a sabedoria de Hilton Franco, que ministra os conhecimentos locais e mundiais na área desde 1996.

Formado pela Universidade Estadual do Maranhão (Uema), ao passar na 12ª colocação, o docente logo alcançou voos maiores e passou no primeiro concurso em 2000. Em 2005, nova aprovação em certame. Antes, o início da carreira na Cidade Operária. “Depois de lá, consegui con-

solidar passos ainda maiores na carreira”, afirmou.

Amante da história de países, Hilton Franco se dedicou desde novo a “decorar” as capitais do mundo. “Como sempre gostei de fazer isso, a afinidade pela Geografia tornou-se inevitável”, afirmou. O gosto se dá também por causa de dona Jesus, professora antiga do Colégio Bandeirantes, em Paraibano.

Até hoje, Hilton Franco recebe o reconhecimento dos antigos alunos dos tempos de ensino médio ou de cursinhos. Atuais promotores de Justiça relembram, com carinho, do mestre Franco. “Nunca sofri nenhum tipo de situação constrangedora ou coação. Sou ainda do tempo de dar apelidos carinhos aos alunos. Se fizer isso hoje, vou ser acusado de fazer bullying [risos]. Não vai ser legal”, disse.

Segundo o professor, atualmente é inevitável o desafio de prender a atenção do aluno em sala de aula. “Com as tecnologias e certa perda pelo respeito à figura do professor, é cada vez mais instigante pensar em coisas novas para que a pessoa se interesse pelo que você está falando. O conteúdo somente em si, muitas vezes, não é mais suficiente”, frisou. ●

Continua em **Cidades 2**

PERFIL DO MESTRE

Maranhão

79,3% mulheres
20,6% homens
31,79% entre 25 e 32 anos
26,9% entre 33 e 40 anos
9,8% até 24 anos
9% mais de 50 anos
86,9% lecionam apenas em um estabelecimento
27,6% ensinam em dois ou três períodos
60,6% possuem uma ou duas turmas
66,94% dos professores são da rede municipal

Fonte: Ministério da Educação (MEC)

São Luís

16 anos em média por turma no Ensino Infantil
24,4 alunos por turma no Ensino Fundamental
30,8% alunos por turma no Ensino Médio

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

Casos de agressão a professores no Brasil
Agressão verbal (44%)
Discriminação (9%)
Bullying (8%)
Furto/roubo (6%)
Agressão física (5%)

Fonte: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)



“A arte de lecionar, no meu caso, começou pelo amor à leitura e à escrita. Tenho muito orgulho do que fiz e do que farei ainda em sala de aula”

FERNANDO NOVAES, professor de Língua Portuguesa, há quase cinco décadas



O DOCENTE
na sua essência,
o ensino na sala
de aula; Hilton
Franco, o ‘fera’
em Geografia



Ser professor é ter reconhecimento e acumular traumas no dia a dia

Carreira exige, além de conhecimento, dedicação em áreas do saber; também é fomentadora do medo e de traumas no profissional; docentes que fazem de sua profissão um sacerdócio ainda recebem gratidão dos alunos

THIAGO BASTOS
Da equipe de **O Estado**

“**A**té hoje, quando escuto a sirene da escola, sinto arrepio!”. A frase é de uma professora que, por medo, preferiu preservar a identidade. Aos 59 anos, a profissional é apenas um exemplo do quanto a carreira de magistério pode gerar traumas. Em contrapartida, a profissão ainda glorifica trajetórias que, de tão belas, são quase

inacreditáveis.

A carreira docente, nos tempos atuais, é viver na linha tênue entre a gratificação - como o carinho recebido pelo professor Luís Alfredo em sala de aula, em cursinho preparatório do Enem - e a repressão cometida por “pseudoalunos”. Dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (ODCE) sobre violência em escolas com mais de 100 mil professores apontam que o Brasil lidera o ranking de agressões

contra docentes. Segundo o levantamento, dentre os profissionais ouvidos, 12,5% afirmaram já terem sido de vítimas de agressões verbais ou intimidações de alunos.

A agressão verbal (com 44%) é a mais comum. A infração é seguida por discriminação (9%), bullying (8%), furto/roubo (6%), e agressão física (5%). Ofensas aos docentes e enfrentamento em sala de aula são os fatores de maior reclamação pelos professores enfrentados atualmente.

ABRINDO O JOGO

“Cheguei a ter aluno com arma em sala de aula!”

Com medo de falar e temendo retaliações, **O Estado** ouviu a professora “L”, que está afastada das funções diárias de professora há quase um ano, após sofrer danos graves psicológicos devido às várias agressões sofridas por ela e cometidas por alunos, nos últimos meses. Mesmo com danos, a professora disse que o objetivo é voltar à sala de aula para “retomar a carreira”.

Como a senhora avalia a sua carreira ao longo dos

anos?

Muito positiva. Até hoje, recebo o reconhecimento de alunos pelo trabalho realizado por 26 anos. Se fosse para voltar no tempo, queria novamente ser professora. É muito gratificante saber que fomos referência positiva na vida de tanta gente.

Quais são as dificuldades, por exemplo, de se dar aula em unidade de ensino em um bairro considerado popular?

São várias. A primeira delas é que, muitas vezes, temos que perguntar para aquele aluno ou aluna se fez alguma refeição no dia. Por que razão faltou tanto em determinada semana. Uma vez, questionei um aluno que me falou que o motivo da ausência era pelo fato de que tinha ficado doente e a mãe e o pai não tinham dinheiro para comprar o remédio. Isso é grave e nosso trabalho é justamente tentar atenuar isso, além de se preocupar com o conteúdo dado.

Como foi o dia em que a senhora chegou em sala de aula e um aluno estava armado?

Era noite e em determinado bairro da Ilha. Quando cheguei, a sala estava lotada e este aluno sentava na frente. A arma estava com os cartuchos na cadeira dele. Quando perguntei o porquê da arma, ele me disse que tinha que andar assim pois a turma da facção rival tinha ameaçado entrar na escola para matá-lo. Como dar aula assim, com um aluno armado em sala?

A senhora sofreu agressões verbais de alunos?

Sim, infelizmente. Não somente de alunos, como de mães. Em um episódio, uma mãe começou a me xingar por supostamente ter batido a cabeça do filho dela na parede. Chamei o jovem e perguntei. Ele disse que nada disso tinha acontecido, mas até ouvir dele isso, a mãe não pensou duas vezes. E eu era amiga desta mãe, pelo menos achava que era.

Apesar de todo o sofrimento recente, a senhora quer voltar a dar aulas. Por quê?

Primeiramente, porque amo o que faço. Depois, preciso encerrar meu ciclo. Ensinar é mudar a vida de uma pessoa. É orientar com lições básicas e fazer a diferença na vida deste jovem e futuro adulto. Só a educação pode salvar este país. Acredito fielmente nisso e, por essa razão, assim que estiver pronta, vou voltar a dar aulas.



Lado doce: as cinco décadas de docência

Quem nunca ouviu falar das tiradas em sala de aula do professor Fernando Novaes? Nascido em Co-roatá (MA) e criado em Pirapemas, também no interior do estado, o mestre que em 2020 completará 50 anos de docência e tem a sua história ligada ao seminário.

Aos 15 anos, após seguir carreira, o professor prestou serviço em 65 instituições e, com quatro carteiras de trabalho preenchidas, nem pensa em abandonar carreira. “Eu amo o que faço. E faço com amor, com crença de que somente pela Educação é possível mudar este país”, disse.

Fã das obras de Machado de Assis

e do legado de Antoine de Saint-Exupéry com obras como “O Pequeno Príncipe”, foi a partir da leitura de trechos bíblicos em rituais religiosos que o docente percebeu o gosto pelo ensinamento no magistério. “Os dirigentes entenderam que eu tinha o dom da explicação e de me manifestar em público. Daí, para a sala de aula, foi apenas um passo”, explicou.

O professor, por pouco, não se formou em Direito. Antes de iniciar o penúltimo período, Fernando Novaes abandonou a carreira e ingressou no curso de Letras. “Comecei na UFMA e terminei na Uema [Universidade Estadual do

Maranhão]”, afirmou.

Nos anos de atividade do magistério, várias amizades e colaboração na formação de políticos, juristas, empresários e ex-alunos que enveredaram para outros ramos. Ao resumir a carreira, Novaes frisa os três pré-requisitos necessários para a boa construção textual. “Três são os pilares. O primeiro deles é o domínio da cultura geral, ou seja, ler boas reportagens e ter conhecimento do que está acontecendo no país e no mundo. Em seguida, vem o conhecimento linguístico e as regras de escrita e concordância. Por fim, é fundamental a prática textual”, disse.

Os conteúdos de Novaes, em sala de aula, são assimilados de forma clara e prática com “tiradas” inesquecíveis. “Quem foi que disse que chuva é ruim? Vai dizer para o agricultor lá em sua produção? Eu não consigo entender certos vícios de linguagem que ainda são usados”, afirmou.

Para o professor, perdeu-se o respeito entre docente e aluno. “Já houve mais esse respeito à figura. Graças a Deus, nunca tive problemas com alunos. Porém, é preciso saber que antes o professor era mais respeitado”, disse.

De Jesus



Professor Novaes por pouco não seguiu carreira no Direito

Arsênia: do amor aos animais à sala de aula

O amor pela docência começou logo cedo na vida de Arsênia Formiga. Mesmo ocupando cargo administrativo, a profissional resume a trajetória de vida que, prioritariamente, permeia a carreira como professora. “Ingressei na universidade ao 18 anos e minha escolha inicial foi a medicina veterinária. Mas apesar de ter cursado quase sete períodos, deixei o curso. Fiz então uma nova escolha a partir de minhas vivências de dar aulas particulares pra crianças, em casa. Decidi cursar Pedagogia na UFMA [Universidade Federal do Maranhão]. E me encontrei como educadora”, afirmou.

Professora de carreira consolidada e coordenadora pedagógica da rede pública, Arsênia Formiga cita os desafios da profissão. “No Brasil inteiro, especialmente na educação básica, mas também na superior, ser professor é um grande e permanente desafio. É verdade que os profissionais do magistério já tiveram avanços nas políticas de valorização, como um piso nacional, tempo destinado para as atividades de estudo e planejamento, melhores condições de trabalho, dentre outros. No entanto, é preciso mais”, disse.



Com dom para oratória e sentindo o chamado de Deus, Manoel Rodrigues segue sendo mestre em Teologia

Conhecimento da religião e da palavra de Deus: o teólogo

Vindo de Recife (PE) em 1983, o professor Manoel Rodrigues ensina teologia há aproximadamente 35 anos. A sabedoria, o cuidado ao falar os termos de forma correta e o zelo com o aprendizado do aluno são virtudes fomentadas pelo profissional que, aos 64 anos, ainda dá aulas.

O gosto pela teologia (ciência ou estudo da palavra de Deus) se justifica, segundo ele, pela vocação. “Eu senti o chamamento de Deus e percebi que tinha um dom para a oratória. Era o início de minha história em sala de aula”, disse.

Sua esposa, Glória, o conheceu um ano após o começo na docência. Ela se refere ao marido como “querido” até hoje. “Ele [Manoel] me enche de orgulho. Seu amor ao que faz é comovente”, disse.

O Estado acompanhou um dia de aula do professor Manoel. Ele recebeu o jovem Hugo, de 18 anos em sua própria residência, no Parque Topázio, em São Luís. O jovem está nos primeiros passos da formação na área. “Gosto dos ensinamentos e contar com um mestre [Manoel] nos ensinamentos, para mim, é uma segurança para continuar na minha

trajetória”, afirmou.

Apesar do ensinamento aos jovens, predominantemente seu perfil de aluno é acima dos 40 anos de idade. “Muda a postura, pois um aluno desta idade tem um conhecimento de vida superior em comparação ao da pessoa mais nova. Equilibrar estes diferentes perfis de estudantes é um desafio”, afirmou. ●

**VÍDEO NA
VERSÃO DIGITAL**

oestadoma.com

OS ALUNOS QUE AMAM SEUS PROFESSORES

Um dos sentimentos mais nobres do ser humano é a gratidão. **O Estado** reuniu dois ex-alunos que relataram as diferenças que um bom professor fez em suas vidas. Atualmente promotor de Justiça, Igor Adriano Marques destacou a figura dos educadores na formação de seu caráter. “Meus professores sempre foram referências por seus conhecimentos científicos e por suas capacidades de influenciarem na formação do caráter da pessoa com o repasse de valores morais e éticos. Ele [Hilton Franco], por exemplo, ministrava as aulas de uma forma que nos chamava a atenção, e sua preocupação pelo aprofundamento das questões debatidas em sala de aula também foi importante. Fui

aluno dele da sétima série ao terceiro ano, fora os cursinhos. A forma didática, como se portava e se pautava sobre os assuntos me marcou demais”, afirmou.

O atual promotor quer seguir carreira no magistério. “Pretendo no futuro lecionar como professor universitário”, disse.

O oficial de Justiça, Flávio Oliveira, também fala com orgulho dos seus antigos mestres. “Falar sobre professor é sempre algo gratificante, não cabe em uma matéria. Eu conseguia ver o professor como um exemplo e enxergava meus professores além do conteúdo que repassavam”, disse.

O papel do CNJ no combate à corrupção

FRANCISCO CAPUTO

O combate à corrupção no país nasceu antes de as redes sociais e as recentes mobilizações populares. Ele faz parte do cotidiano institucional do país, está desatrelado de governos e partidos e está materializado em jurisprudências, leis específicas formuladas pelo Congresso e procedimentos judiciais norteados pela Constituição Federal.

Ainda que a atuação do Judiciário tenha mais visibilidade em alguns casos de maior apelo midiático, a contribuição desse Poder para o enfrentamento da criminalidade tem sido constante ao longo das últimas décadas. Do contrário, não existiriam casos como o do Mensalão e o da Lava-Jato, que conseguiram bons resultados contra a impunidade. Mas também não haveria discussões sobre os excessos cometidos nessas operações, de modo a coibir abusos e garantir os direitos e liberdades individuais dos cidadãos.

Nesta semana, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sediou a assinatura do Provimento 88/2019, da Corregedoria Nacional de Justiça. Tive a honra de representar a advocacia, designado por nosso presidente Felipe Santa Cruz. A nova norma incluiu os notários e registradores nos esforços de combate e prevenção à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. Trata-se de uma medida concreta contra a prática de criminosos que usam operações imobiliárias para mascarar recursos oriundos de atividades ilegais e nocivas à sociedade.

A iniciativa do CNJ nasceu de seu presidente, ministro Dias Toffoli, e ganhou corpo com a atuação firme e de-

mocrática do corregedor nacional, ministro Humberto Martins, que conduziu o processo com o apoio de seus juizes auxiliares e em parceria com os diversos interessados. Participaram das discussões integrantes da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), da magistratura, da advocacia, das polícias, do Ministério Público, do Ministério da Justiça e dos cartorários, representados pelo Conselho Federal do Colégio Notarial do Brasil (CNB/CF).

Apesar de não ter o apelo midiático de uma grande operação, esse é mais um dos inúmeros episódios em que o sistema de Justiça contribui efetivamente para o fortalecimento institucional do país no combate ao crime organizado e à corrupção. O Brasil não precisa de heróis, mas, sim, do fortalecimento de suas instituições democráticas, de um Judiciário eficiente, uma advocacia forte, um Ministério Público responsável e de uma imprensa livre.



Ao buscar a ampla participação de todos os envolvidos no debate, as lideranças do Judiciário demonstram a sensibilidade necessária para perseguir que as novas normas sejam sólidas, equilibradas e duradouras, dentro dos limites da atuação estatal e com a segurança jurídica necessária aos atos praticados pelas autoridades públicas.

É no contexto amplo, de cada pequena medida, que devemos analisar o grande impacto positivo do Judiciário na sociedade e no combate à corrupção. Nos últimos anos, com a politização exacerbada e com o maniqueísmo que tomou conta da sociedade, surgiram muitas teorias conspiratórias para explicar a concessão de habeas corpus e demais medidas que visam a assegurar a correta aplicação da lei e a credibilidade da Justiça. A análise isolada de cada decisão, ignorando a obrigação de prezar pela estabilidade do Estado democrático de direito, leva a conclusões sem respaldo na realidade. Evitar, acima de tudo, a permeabilidade do sistema ao abuso e ao erro significa preservar a democracia e a segurança, que são pilares civilizatórios.

Justamente nesse sentido, o STF protagonizou nos últimos anos a discussão sobre o avanço da instrumentalização legal do país para o combate à corrupção, promovendo pactos republicanos, como os de 2004 e de 2009, ambos com a participação dos poderes Executivo e Legislativo. Derivam deles, por exemplo, as leis que aprimoraram a punição à lavagem de dinheiro, permitiram a colaboração premiada e aumentaram a transparência na gestão pública. Somente assim, com irrestrito respeito às leis e à Constituição de 1988, que se combate o crime.

Rapidinhas

*** O desembargador Luiz Gonzaga Almeida é o plantonista de 2º Grau da Justiça estadual de ontem (11) até domingo (13), período em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas Cível e Criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

*** Os servidores plantonistas são Lívia Maria S N Sipaúba e Joseli Nascimento. O telefone celular disponibilizado para contato no 2º Grau é o (98) 98815-8344. O serviço funciona em regime de sobreaviso.

TJMA é referência nacional em governança

Levantamento feito com base no Relatório Justiça em Números (2019), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), registra melhorias substanciais na governança do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Considerando o orçamento destinado às despesas totais em 2017 e aquele destinado ao ano seguinte, houve uma redução de aproximadamente R\$ 157 milhões, sem qualquer reflexo negativo à prestação jurisdicional. O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, afirmou que dados evidenciam o compromisso do Poder Judiciário maranhense no sentido de assegurar uma Justiça célere, econômica e eficaz, com a solidificação dos projetos que têm moldado a credibilidade da Justiça estadual perante a sociedade.

O desembargador Joaquim Figueiredo explica que houve uma preocupação especial para que não ocorresse aumento de gastos e nem fosse ultrapassada nenhuma cota. “Nada foi aprovado sem um criterioso estudo prévio embasado no orçamento. Esse modelo gerencial refletiu no desembolso por parte do Poder Judiciário”, explica o presidente do TJMA.

Ele disse que – primando por serviços jurisdicionais céleres e eficientes – o Tribunal de Justiça superou desafios com a formulação de uma gestão estratégica pautada em práticas de excelência.

“Com uma vasta agenda institucional, o Tribunal atuou de forma decisiva na superação de eventuais dificuldades nas áreas financeiras, de recursos humanos, materiais e estruturais, assumindo um papel central na política pública de Justiça”, assinalou o desembargador Joaquim Figueiredo, acrescentando que o TJMA utilizou novas formas de gerenciamento, não expandindo – além dos limites legais e inflacionários – a despesa pública. Os dados constam no estudo desenvolvido pelo coordenador da Assessoria de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça e juiz auxiliar da Presidência, Cristiano Simas.

No tocante à despesa total do Tribunal de Justiça do Estado, o relatório demonstra que o orçamento destinado ao ano de 2018 foi de aproximadamente R\$ 1.200.343.245,00, que representa o corte de aproximadamente 12% em relação ao ano anterior. Mesmo assim, foram observadas melhorias substanciais nos itens relativos a Recursos Humanos, Informática e Despesas Diversas.

Em relação aos Recursos Humanos, foi registrado um gasto de aproximadamente R\$ 905.512.974,00, o que resultou em uma redução de aproximadamente 5,1% no quantitativo alocado a esta rubrica orçamentária.

Não obstante, houve um incremento da força de trabalho, uma vez que o TJMA tinha, em 2018 (ano-base 2017), o total de 5.483 funcionários, entre magistrados, servidores efetivos, requisitados e comissionados e força de trabalho auxiliar; enquanto que no ano de 2019 (ano-base 2018) houve um crescimento da força de trabalho em 10%, para um quantitativo total de 6.053 servidores, com aumento da quantidade de juízes e incremento significativo da força de trabalho auxiliar.

Os dados mostram que o importante investimento – mesmo diante de um quadro de queda de receita – impacta positivamente nos índices de produtividade do Tribunal de Justiça do Maranhão, oportunamente nos anos vindouros, notadamente no Primeiro Grau de jurisdição, setor que recebeu, na atual gestão, atenção prioritária quanto à reestruturação da força de trabalho.

Quanto aos investimentos em Tecnologia da Informação, foi registrado um aumento aproximado de 11% em relação ao ano anterior, o que possibilitou a implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) em todas as comarcas do Estado, em 2019.

Por conta de tais investimentos, o Tribunal de Justiça do Maranhão, no índice iGov-TIC-JUD 2019, saltou para a 6ª colocação entre os Tribunais estaduais, com o conceito “Aprimorado”, evidenciando a preocupação da atual gestão em modernizar e atualizar o parque tecnológico colocado à disposição de magistrados e servidores para o exercício da atividade jurisdicional.

Os dados mostram, também, que houve uma redução do custo, em aproximadamente 23%, para o funcionamento da máquina judiciária, o que representou uma economia total de quase R\$ 90 milhões.

Quanto à produtividade, foi registrado um aumento significativo, em decorrência dos maciços investimentos da atividade-fim, refletido nos números de processos julgados e baixados, levando-se em consideração os dados de 2017, quando foram proferidas 312.619 sentenças e acórdãos e baixados 292.361 processos.

Já em 2018, foi verificado um aumento da prolação de sentenças e acórdãos para 325.035, enquanto os baixados representaram o quantitativo de 336.252.

A despeito dos cortes orçamentários, houve, em linhas gerais, um aumento de produtividade de 3% em sentenças e acórdãos, o que representa um aumento real de mais de 12 mil processos julgados e de 15% de processos baixados, o que redundou no arquivamento definitivo de quase 44 mil processos.

O estudo constatou uma sensível queda na taxa de congestionamento, o que ainda representa um grande desafio para o Poder Judiciário maranhense em relação à almejada eficiência jurisdicional. Uma análise da série histórica da taxa de congestionamento líquida de conhecimento demonstrou uma queda real de 5%.

Em relação à produtividade dos magistrados, foi observado um aumento exponencial na média geral de julgados, elevando a atuação no Segundo Grau de jurisdição, onde se passou de uma média de 727 para 984 processos julgados por desembargador, o que representa um aumento de 35%.

O resultado indica que o Poder Judiciário maranhense conseguiu vencer a barreira de julgar apenas o número de ações equivalente às ingressadas, dando um salto na produtividade e avançando para a diminuição do estoque de processos.

O bom desempenho do TJMA refletiu no resultado do Selo CNJ de Qualidade, quando a Corte maranhense de Justiça passou do Selo Prata, no ano de 2017, para o Selo Ouro, em 2018, resultado do esforço direcionado para a melhoria contínua na performance do Judiciário maranhense.

Mesmo diante da crise econômica que acomete o país, cujo impacto reflete diretamente na arrecadação de receita – ocasionando cortes orçamentários – o TJMA, conseguiu, na atual gestão, apresentar melhorias substanciais em diversos setores, com a exitosa política de boa governança e eficiência administrativa.